

Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas
de Conservação e Restauro
do Património Arquitectónico

a-198

MUSEU CALOUSTE GULBENKIAN

Ano III - N.º 12 Outubro/Novembro/Dezembro 2001 - Publicação trimestral - Preço 900\$00 - 4,48 € (IVA incluído)



Intervenções em Museus

Ficha Técnica

Pedra & Cal

Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

Nº12 - Outubro/Novembro/Dezembro 2001

Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Rua Pedro Nunes, 27 - 1º Esqº

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

http://www.gecorpa.pt

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503980820

Director: Vítor Cóias e Silva

Coordenadora: Alexandra Antunes e Adrião

Conselho Redactorial: João Appleton, João

Mascarenhas Mateus, José Aguiar, Teresa

Campos Coelho

Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

Adília Alarcão, Alexandra Antunes e Adrião,

Conceição Pinto, Emília Palma, Gonçalo

Byrne, João Carlos Brigola, João Castel-Branco

Pereira, João Mascarenhas Mateus, José Maria

Lobo de Carvalho, Maria de Vasconcellos e

Souza, Miguel Brito Correia, Nuno Teotónio

Pereira, Paulo B. Lourenço, Paulo Pereira,

Teresa Campos Coelho

Design gráfico e Produção:

Aldeia Gráfica - Serviços Gráficos Integrados, Ld.ª

Rua Morais Soares, 91 - 2º Dir.º

1900-342 Lisboa

Tel.: 218 162 249, Fax: 218 162 315

E-mail: pedraecal@aldeiagrafica.pt

Publicidade:

Aldeia Gráfica - Departamento de Meios

Sónia Gomes - sonia_gomes@aldeiagrafica.pt

Tel.: 218 162 249

Pré-impressão: CroMout, Ld.ª

Impressão: IMPRESSE 4

Distribuição:

Aldeia Gráfica - Serviços Gráficos Integrados, Ld.ª

Depósito legal: 128444/98

Registo na DGCS: 122548

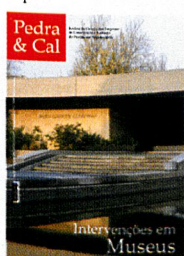
Tiragem: 2000 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva

responsabilidade dos seus autores.

Capa



Museu Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Tema de Capa:

INTERVENÇÕES EM MUSEUS

	3		32
EDITORIAL		E-PEDRA & CAL	
	5	Sites sobre Museus	
CORREIO DOS LEITORES		e colecções na Internet	
	6	(José Maria Lobo de Carvalho)	
	6		
REPORTAGEM		34	
Revisitar o Museu Calouste Gulbenkian		DIVULGAÇÃO	
(João Castel-Branco Pereira)		Porquê os Amigos dos Museus	
	10	(Maria de Vasconcellos e Souza)	
REPORTAGEM		35	
A nova vida do Museu Municipal de Faro		PROJECTOS E ESTALEIROS	
(Conceição Pinto)		Conservação de um Troço de Muralha	
		Islâmica situado no interior de um	
		Edifício, em Tavira	
	14	37	
CASO DE ESTUDO		AS LEIS DO PATRIMÓNIO	
Museu Nacional de Machado de Castro:		Evolução Histórica das Leis	
Dificuldades e opções		do Património Arquitectónico	
de um novo programa		(Emília Palma)	
(Adília Alarcão)		38	
		ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO	
		Museu Nacional Ferroviário	
		(por Alexandra Antunes e Adrião)	
	16		
CASO DE ESTUDO			
Museu Nacional de Machado de Castro:			
Extractos da Memória do Concurso			
(Gonçalo Byrne)			
	20		
ENTREVISTA		39	
Gaël de Guichen: Um balanço		NOTÍCIAS	
sobre a Conservação Preventiva		42	
(por João Mascarenhas Mateus)		AGENDA	
	24		
OPINIÃO		43	
O Património edificado.		VIDA ASSOCIATIVA	
Musealização e Interpretação.		Encontro "BAIXA POMBALINA:	
(Paulo Pereira)		QUE FUTURO?"	
	29		
ESCOLAS E FORMAÇÃO		45	
O Ensino Universitário da Museologia		LIVRARIA	
(João Carlos Brigola)		49	
		ASSOCIADOS GECORPA	
	29		
PERSPECTIVAS		52	
Edifícios Antigos na resposta			
a novas exigências			
(Nuno Teotónio Pereira)			

O ensino universitário da Museologia



João Carlos Brigola*

Uma das mais decisivas transformações que se têm vindo a operar nas Ciências do Património é a consolidação do seu estatuto universitário. De facto, a crescente afirmação e autonomia de saberes disciplinares como a História da Arte, a Recuperação do Património Arquitectónico, a Conservação e Restauro, e a Museologia tem passado em grande medida pela organização universitária da investigação e do ensino.

No que à Museologia toca, a formação em exercício dos profissionais de museus tinha sido competência atribuída ao Museu Nacional de Arte Antiga, onde durante uma década (1965-1974) se ministrou o Curso de Conservadores de Museus. Com a suspensão deste Curso - episodicamente retomado, em novos formatos, por entidades como o IPPC (Instituto Português do Património Cultural) ou a APOM (Associação Portuguesa de Museologia) - instalara-se um prolongado debate, e uma indefinição legal, sobre a melhor maneira de prover à formação profissional dos técnicos superiores de museus.

A partir dos inícios da década de noventa as universidades portuguesas passaram a oferecer cursos de pós-licenciatura (pós-graduações e mestrados) em Museologia. Uma parte da comunidade museológica, de formação tradicional nas práticas profissionais e nos antigos cursos de conservadores, procurou resistir então à 'intrusão' universitária argumentando contra o carácter teorizante desta modalidade de formação e advertindo para o perigo de assim se poder instalar uma dicotomia entre profissionais e académicos. Destes sectores partiram propostas - inspiradas

no caso da parisiense "École du Louvre" - para ser retomada a função de "Museu Normal" dantes atribuída ao "Museu das Janelas Verdes" ou, nessa impossibilidade, a criação de um curso "oficial" numa das universidades.

Em contraste com esta posição (cada vez mais residual, diga-se) a instituição da tutela, o Instituto Português de Museus, tem superado bem as dúvidas que, no passado, formulou quanto ao lugar de excelência ocupado pelas universidades na produção de um discurso cien-

"... a formação em exercício dos profissionais de museus tinha sido competência atribuída ao Museu Nacional de Arte Antiga"

tífico na área da Museologia, defendendo que "para a prossecução das suas atribuições, compete ao IPM (...) q) fomentar o desenvolvimento da investigação, designadamente nos domínios da história, história de arte, etnologia, arqueologia, musicologia, museologia e da conservação, em articulação com as universidades e outros centros de investigação" (Artigo 3º) (Lei Orgânica do I. P. M., decreto-lei n.º 161/97, de 26 de Junho).

A sua actual directora, Raquel Henriques da Silva, é ela própria um caso ilustrativo das novas e diferenciadas possibilidades de formação dos museólogos, já que tem conjugado carreira académica e científica com a adopção de responsabilidades directivas em museus. Não por acaso, cremos, tem sabido incentivar e reconhecer a produção do discurso universitário da Museologia, ao mesmo tempo que se tem batido pela qualificação do tecido museológico nacional

através, por exemplo, do apoio incondicional à institucionalização da Rede Portuguesa de Museus. O ensino universitário da Museologia não significa, naturalmente, nem o alheamento da *praxis* (o trabalho técnico-profissional levado a efeito no território do Museu), nem sequer a elaboração e divulgação, pelos académicos, de teorias eruditas desfasadas desta realidade. Por outro lado, o contacto exclusivamente experimental dos profissionais com as colecções não produz, por si só, um saber cientificamente fundamentado, nem tem representado em rigor um acréscimo da investigação divulgada e publicamente testável. Se reduzida a mero receituário de "boas práticas", a Museologia mais não seria que o regresso anunciado a uma Museografia que alguns já apelidaram de "good house keeping", produtora preferencial de manuais de "economia doméstica" dos museus.

Observando de perto a estrutura curricular dos diferentes cursos pós-graduações, fácil será verificar que ela procura equilibrar e sabiamente dosear teoria e prática, quer através dos conteúdos disciplinares ensinados, quer mesmo pela formação dos docentes, muitos deles provenientes, como especialistas convidados, do universo das práticas museológicas. O ensino universitário da Museologia tem procurado incentivar a reflexão teórica entre a comunidade museológica, contribuindo para a construção de uma visão estratégica sobre o papel dos museus na vida contemporânea e, sobretudo, para a formação técnico-científica e humanística dos profissionais. Prevalecem, é certo, algumas dificuldades de articulação entre a re-